

# **C O N S E S T**

**PROMOÇÃO IMOBILIÁRIA, S.A**

## **RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL**

**TERCEIRO TRIMESTRE**

**ANO 2020**

(Página intencionalmente deixada em branco)

## ÍNDICE

1. NOTA PRÉVIA.....	5
2. SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL .....	6
2.1. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS .....	7
2.2. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA.....	8
3. ANEXOS .....	12
3.1. ANÁLISE DE DESVIOS.....	13
3.1.1. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA REAL VS ORÇAMENTO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 .....	14
3.1.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS REAIS VS ORÇAMENTO DOS PRIMEIROS NOVE MESES DE 2020 .....	15
3.1.3. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA REAIS VS ORÇAMENTO DOS PRIMEIROS NOVE MESES DE 2020 .....	16
4. RELATÓRIO TRIMESTRAL DO FISCAL ÚNICO.....	17

(Página intencionalmente deixada em branco)

## 1. NOTA PRÉVIA

O capital social da CONSEST - Promoção Imobiliária, S.A. (adiante CONSEST ou Sociedade), no montante de 55 000 000 euros, é representado por onze milhões de ações com o valor nominal de 5 euros cada, sendo integralmente detido pela PARPÚBLICA, SGPS, S.A. (PARPÚBLICA), na sequência da operação de fusão por incorporação nesta, ocorrida em 2015, da SAGESTAMO, SGPS, S.A., anterior detentora do capital da Sociedade.

Já a sua atividade assenta, em exclusividade, no desenvolvimento imobiliário de um ativo, por ela adquirido ao Estado em dezembro de 2002, pelo valor de 52,5 milhões de euros. Desde dezembro de 2019 e conforme se fez notar em anteriores documentos de prestação de contas, aquele ativo, anteriormente um prédio único, passou a ser constituído por duas parcelas de terreno urbano para construção, sitas na Falagueira, concelho da Amadora, com uma área agregada de 581.265 m<sup>2</sup> (adiante, conjuntamente, Terreno da Falagueira) área agregada esta já resultante da cedência ao Município da Amadora de uma parcela com uma área de 11.797 m<sup>2</sup> destinada a via pública, o que permitiu a transformação do mencionado prédio único em dois distintos prédios – Parcela A (36.052 m<sup>2</sup>) e Parcela B (545.213 m<sup>2</sup>) - um dos quais, a Parcela A, com imediata capacidade edificativa.

A elaboração do presente Relatório tem por base, em termos orçamentais, o Plano de Atividades e Orçamento (Instrumentos Previsionais de Gestão) referente ao exercício económico de 2020, aprovado pelo Despacho nº 1534/19 -SET datado de 30 de dezembro de 2019, após parecer favorável da UTAM.

Adiante-se que a CONSEST foi integrada no Perímetro de Consolidação Pública em agosto de 2014, enquanto Entidade Pública Reclassificada (EPR), incorporando anualmente o seu Plano de Atividades e Orçamento no Orçamento do Estado. O orçamento de receita e de despesa da CONSEST para 2020 foi, assim, elaborado com base nas instruções para preparação do OE2020, constantes da Circular da Direção-Geral do Orçamento (DGO) e no respeito pelos princípios definidos na referida circular, bem como no respeito pelas orientações acionistas.

As presentes demonstrações financeiras foram igualmente preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), Normas Internacionais de Contabilidade e Interpretações (*International Accounting Standards and Interpretations*), coletivamente denominadas IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, tal como adotadas na União Europeia (UE).

Finalmente e tal como se alertou em idêntico relatório relativo ao primeiro semestre do presente exercício, pese embora as circunstâncias excecionais presentes, de cristalização ainda longe da normalidade na atividade económica para respaldo da crise sanitária que a pandemia de COVID 19 trouxe consigo, dado que (i) a atividade da Sociedade assenta exclusivamente no desenvolvimento imobiliário do Terreno da Falagueira (ii) que tal desenvolvimento se encontra ainda em fase de investimento e (iii) que, ao não gerar receitas próprias, aquele investimento depende, exclusivamente, do financiamento acionista, as repercussões sobre a mesma da inevitável crise económica cujos efeitos se fazem já sentir um pouco por todo o lado, estarão intimamente associadas à manutenção (ou não) dos níveis de financiamento, por via de suprimentos da acionista PARPÚBLICA, que o desenvolvimento do projeto exige.

## 2. SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

A CONSEST registou no terceiro trimestre do ano um resultado líquido negativo de 1 700,74 milhares de euros, que, comparado com o resultado negativo orçamentado de 378,49 milhares de euros, representa um desvio negativo de aproximadamente 1 322,25 milhares de euros.

A magnitude do desvio fica a dever-se à constituição de uma nova provisão no encerramento do mês de setembro, no montante de 2 milhões de euros, para acautelar prudencialmente eventuais montantes que a Sociedade possa vir a ser chamada a pagar a título de custas judiciais no âmbito do litígio que, desde 2015, a opõe à COTTEES. Tendo em conta a enorme arbitrariedade de que a matéria se reveste, na determinação deste montante a Sociedade teve em conta os distintos cenários que lhe foram remetidos pelos respetivos mandatários no litígio em questão, correspondendo os 2 milhões de euros a uma estimativa prudencial assente na quase mediana entre o “*worst case scenario*” e o cenário mais favorável, cenários limite que, afigurando-se qualquer deles pouco provável, poderiam conduzir à subestimação ou sobreavaliação da provisão constituída. Ora, atendendo a que, aquando da elaboração do Plano

de Atividades e Orçamento para 2020 (PAO 20) em outubro de 2019, a situação de então do litígio não permitia antever/determinar quaisquer responsabilidades mais ou menos imediatas em tal âmbito, a mencionada provisão e respetivos impactos não foram considerados nas projeções orçamentais para o exercício em curso, justificando o desvio a que atrás se fez *referência*.

Esclarece-se igualmente, que a provisão assim constituída acresceu à provisão de 30 mil euros constituída aquando da prolação do último acórdão pelo do Tribunal da Relação de Lisboa, a última sentença líquida conhecida à presente data.

Não fora a constituição da provisão atrás mencionada e o resultado líquido da Sociedade no final do 3º trimestre do exercício teria sido de 119 977 euros, evidenciando um desvio favorável de 68 % face às projeções orçamentais para o período.

Semelhante desvio resulta, essencialmente, do facto da despesa efetivamente executada associada aos custos do litígio e contabilizada na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos (FSE's) se ter ficado pelos 43 284 euros, evidenciando um decréscimo de 81 % face aos 225 000 euros projetados em orçamento. Também com contributo positivo regista-se a redução em cerca de 45 187 euros entre o montante orçamentado (152 450 euros) e o real (107 263 euros) em sede de encargos com juros e gastos similares suportados, resultante do efeito combinado de um valor de dívida e de uma taxa de juro também eles inferiores às projeções orçamentais.

Quando comparado com o período homólogo, o resultado líquido da Sociedade no final do terceiro trimestre, evidencia uma variação negativa da ordem dos 1 520,38 milhares de euros fruto, em boa parte e conforme explicitado, da constituição da referida provisão de 2 milhões de euros.

## **2.1. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

Pelas razões atrás expostas – menor despesa em FSE's face às projeções e a constituição da provisão – também o Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) a 30 de setembro, ascendeu a 2 045,57 milhares de euros negativos, apresentando um desvio negativo de cerca de 1 715,87 milhares de euros face ao orçamentado.

Por sua vez, os encargos com juros somavam, no final do terceiro trimestre de 2020, 107 263 euros, os quais comparam com os 152 450 euros orçamentados para igual período, verificando-se um desvio positivo de cerca de 45 187 euros, fruto, não só da redução da taxa de juro de suprimentos de 2,947% para 2,18%, como também da dilação no recebimento, face ao orçamentado, de suprimentos junto da acionista.

Em linha com o Resultado Operacional, também o Resultado antes de Impostos, influenciado pelos mesmos motivos, apresentava no final do terceiro trimestre uma diferença negativa, face ao orçamentado, de 1 670,68 milhares de euros.

## **2.2. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA**

O valor do Ativo em 30 de setembro de 2020 era de cerca de 36,9 milhões de euros face aos 33,6 milhões de euros orçamentados, desvio positivo de 3,3 milhões de euros explicado nos parágrafos seguintes.

A rubrica de Propriedades de Investimento evidenciou o valor de aproximadamente 25,3 milhões a 30 de setembro, apresentando um desvio positivo de 3,6 milhões de euros face ao orçamento. Este desvio decorre, na sua essência, da avaliação ao justo valor (de mercado) levada a cabo em dezembro do exercício transato, por perito certificado, avaliação cujo resultado, ao não ser conhecido aquando da elaboração do orçamento, no mesmo não foi considerado.

Refira-se também que, não obstante as circunstâncias excecionais referidas na Nota Introdutória, não se procedeu a qualquer nova avaliação do Terreno da Falagueira, parcelas A e B, para efeitos de análise do seu justo valor à data de 30 de setembro de 2020, por se entender ser prematuro avaliar os potenciais efeitos das ditas circunstâncias, ainda em desenvolvimento e sem que, por agora, dados oficiais traduzam impactos no setor imobiliário em concreto, que justifiquem reavaliações imediatas.

Os 11 milhões de euros constantes da rubrica de Ativos por Impostos Diferidos traduzem ainda o substancial ajustamento de valor sofrido em 2016 pelo Terreno da Falagueira. Este valor resulta do afastamento entre o valor contabilístico e o valor considerado para efeitos fiscais, isto é, o valor de aquisição corrigido pelo fator de atualização.

O montante de 71.196 euros registado no Ativo corrente em Outras contas a receber, evidencia o depósito-caução efetuado pela Sociedade em junho, em conformidade com o disposto no Regulamento de Custas Processuais, na sequência da reclamação por ela apresentada da Nota de custas de parte que lhe foi remetida pela COTTEES em março do corrente. À data da redação do presente, tendo transitado em julgado a decisão do Tribunal da Relação de Lisboa segundo a qual as custas de parte só poderão ser determinadas quando o quantitativo indemnizatório e, consequentemente, o decaimento, forem apurados a final em incidente de liquidação, a Sociedade pediu já o reembolso do depósito-caução atrás mencionado.

Em face da já mencionada valorização do ativo imobiliário da Sociedade, a 30 de setembro do corrente ano, o respetivo Capital Próprio ascendia a 26,4 milhões de euros, superando em mais de 1,6 milhões de euros os 24,8 milhões de euros constantes das projeções para o período. Com efeito, a incorporação na rubrica de Resultados Transitados do resultado de 2019, o qual, em face do ajustamento de justo valor positivo no montante de 3,5 milhões de euros, divergiu substancialmente do montante orçamentado, acabou por impactar muito positivamente no incremento do capital próprio da Sociedade, impacto positivo, todavia, em boa parte consumido pela constituição da provisão de 2 milhões de euros a que atrás se fez referência. No final do terceiro trimestre de 2020, o passivo totalizava cerca de 10,5 milhões de euros, apresentando um incremento de 19% face ao valor orçamentado de 8,8 milhões de euros, refletindo, negativamente, a constituição da provisão e, positivamente, pela dilação no recebimento, face ao orçamentado, de suprimentos da acionista, dilação que conduziu à redução do montante de juros a pagar.

O montante do financiamento acumulado, que, recorde-se, no caso da Sociedade e por ora, é integralmente assegurado por suprimentos, ascendia no final de setembro de 2020 a 6,8 milhões de euros. Note-se que a Sociedade, ao não dispor de quaisquer receitas próprias teve, uma vez mais, de recorrer ao financiamento acionista, sob a forma de suprimentos, para fazer face às despesas correntes e de investimento, bem como aos custos decorrentes da litigância em curso, financiamento traduzido na solicitação de 540 milhares de euros de um total orçamentado, para o período, de 850,2 milhares de euros.

Assim, as principais variações ocorridas na Demonstração dos fluxos de caixa resultam igualmente e em boa parte, da referida concessão, no período, de suprimentos no montante de

540 milhares de euros, em paralelo com uma despesa de cerca de 422 milhares de euros, respeitante, na sua maioria, ao pagamento das Fases relativas à aprovação do Estudo Prévio e submissão do projeto de licenciamento da arquitetura dos Edifícios a construir na Parcela A do Terreno da Falagueira, em apreciação pelos Serviços da Câmara Municipal da Amadora. Tratando-se de investimento capitalizável no valor do ativo, esta despesa não tem reflexo na Demonstração de Resultados.

Fruto da ligeira dilação no tempo das interações tidas com as entidades envolvidas na definição dos pressupostos e parâmetros a observar nas fases iniciais do projeto, não foi possível executar toda a despesa prevista em 2019, tendo a mesma transitado para o ano de 2020. Tal foi apenas possível com a reafecção de 22,1 milhares de euros do agrupamento 02 para o agrupamento 07, sendo que no Orçamento, elaborado em outubro de 2019, a realização integral das despesas de investimento projetadas ocorreria apenas no último trimestre de 2020.

À semelhança do sucedido em anteriores documentos de idêntica natureza relativos ao presente exercício, sublinha-se, em qualquer caso, que a boa dinâmica implementada nesta primeira fase do desenvolvimento do Terreno da Falagueira, implicará, para a sua continuidade, a realização de novos e expressivos investimentos que, não obstante capitalizáveis no valor do imóvel, necessitarão de enquadramento no contexto do grupo PARPÚBLICA sob pena de terem de ser adiados até que novo enquadramento orçamental possibilite a concretização respetiva.

Lisboa, 26 de outubro de 2020

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

---

Dr. Alexandre Boa-Nova Santos

---

Dr.ª Maria João Canha

---

Eng.º Manuel Jorge Santos

### **3. ANEXOS**

### **3.1. ANÁLISE DE DESVIOS**

**3.1.1. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA REAL VS ORÇAMENTO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020**

Unidade: Euro

Rubricas	Real	Real	Orçamento	Real	Desvio (1)	
	2019	set/19	set/20	set/20	Valor	% (2)
<b>ATIVO</b>						
<b>Ativo não corrente</b>						
Propriedades de investimento	24.897.513,74	21.348.000,00	21.748.000,00	25.319.742,93	3.571.742,93	16%
Ativos por Impostos Diferidos	10.555.339,87	11.129.261,99	11.123.548,60	11.007.435,52	- 116.113,08	-1%
<b>Total do ativo não corrente</b>	<b>35.452.853,61</b>	<b>32.477.261,99</b>	<b>32.871.548,60</b>	<b>36.327.178,45</b>	<b>3.455.629,85</b>	<b>11%</b>
<b>Ativo corrente</b>						
Estado e Outros Entes Públicos	108.417,00	72.278,00	850,00	0,00	- 850,00	-100%
Outras contas a receber	0,00	4,50	0,00	71.196,00	71.196,00	-
Diferimentos	52,65	0,57	0,00	51,37	51,37	-
Caixa e Depósitos Bancários	386.609,80	92.127,41	693.216,91	516.293,19	- 176.923,72	-26%
<b>Total do ativo corrente</b>	<b>495.079,45</b>	<b>164.410,48</b>	<b>694.066,91</b>	<b>587.540,56</b>	<b>- 106.526,35</b>	<b>-15%</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>35.947.933,06</b>	<b>32.641.672,47</b>	<b>33.565.615,51</b>	<b>36.914.719,01</b>	<b>3.349.103,50</b>	<b>10%</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>						
<b>Capital Próprio</b>						
Capital realizado	55.000.000,00	55.000.000,00	55.000.000,00	55.000.000,00	-	0%
Reservas Legais	134.544,51	134.544,51	134.544,51	263.178,93	128.634,42	96%
Resultados Transitados	-29.572.202,09	-29.572.202,09	-29.976.709,16	-27.128.148,03	2.848.561,13	-10%
Resultado líquido do período	2.572.688,48	- 180.357,70	- 378.487,37	- 1.700.740,76	- 1.322.253,39	349%
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>28.135.030,90</b>	<b>25.381.984,72</b>	<b>24.779.347,98</b>	<b>26.434.290,14</b>	<b>1.654.942,16</b>	<b>7%</b>
<b>Passivo</b>						
<b>Passivo não corrente</b>						
Provisões	30.001,49	30.001,49	30.001,49	2.030.001,49	2.000.000,00	6666%
Financiamentos Obtidos	6.294.281,98	5.895.681,98	7.397.281,50	6.834.281,98	- 562.999,52	-8%
<b>Total passivo não corrente</b>	<b>6.324.283,47</b>	<b>5.925.683,47</b>	<b>7.427.282,99</b>	<b>8.864.283,47</b>	<b>1.437.000,48</b>	<b>19%</b>
<b>Passivo corrente</b>						
Fornecedores	303.487,88	319.300,12	320.000,00	424,35	- 319.575,65	-100%
Estado e outros entes públicos	133.500,00	429,45	880,00	132.700,65	131.820,65	14980%
Outras contas a pagar	1.051.630,81	1.014.274,71	1.038.104,54	1.483.020,40	444.915,86	43%
<b>Total passivo corrente</b>	<b>1.488.618,69</b>	<b>1.334.004,28</b>	<b>1.358.984,54</b>	<b>1.616.145,40</b>	<b>257.160,86</b>	<b>19%</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>7.812.902,16</b>	<b>7.259.687,75</b>	<b>8.786.267,53</b>	<b>10.480.428,87</b>	<b>1.694.161,34</b>	<b>19%</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>35.947.933,06</b>	<b>32.641.672,47</b>	<b>33.565.615,51</b>	<b>36.914.719,01</b>	<b>3.349.103,50</b>	<b>10%</b>

(1) Diferença entre o Real de set-20 e o Orçamentado set-20.

(2) Valor do desvio sobre o valor orçamentado set-20.

**3.1.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS REAIS VS ORÇAMENTO DOS PRIMEIROS NOVE MESES DE 2020**

Unidade: Euro

Rubricas	Real	Real	Orçamento	Real	Desvio (1)	
	2019	3ºT19	3ºT20	3ºT20	Valor	% (2)
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>						
Fornecimentos e Serviços Externos	-122.014,02	-81.181,59	-225.000,00	-43.283,71	181.716,29	-81%
Gastos Com o Pessoal	-1.700,00	-1700	-1700	-850	850,00	-50%
Aumentos / Reduções de justo valor	3.545.900,00				0,00	-
Provisões	-30.000,00	-30.000,00	0,00	-2.000.000,00	-2.000.000,00	-
Outros Rendimentos e Ganhos	15.989,98	15.972,15	0,00	0,00	0,00	-
Outros Gastos e Perdas	-134.943,72	-1.439,22	-103.000,00	-1.439,92	101.560,08	-99%
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	<b>3.273.232,24</b>	<b>-98.348,66</b>	<b>-329.700,00</b>	<b>-2.045.573,63</b>	<b>-1.715.873,63</b>	<b>520%</b>
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>3.273.232,24</b>	<b>-98.348,66</b>	<b>-329.700,00</b>	<b>-2.045.573,63</b>	<b>-1.715.873,63</b>	<b>520%</b>
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	-	-	-	-	-	-
Juros e Gastos Similares Suportados	-174.564,81	-129.952,21	-152.449,52	-107.262,78	45.186,74	-30%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>3.098.667,43</b>	<b>-228.300,87</b>	<b>-482.149,52</b>	<b>-2.152.836,41</b>	<b>-1.670.686,89</b>	<b>347%</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-525.978,95	47.943,17	103.662,15	452.095,65	348.433,50	336%
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>2.572.688,48</b>	<b>-180.357,70</b>	<b>-378.487,37</b>	<b>-1.700.740,76</b>	<b>-1.322.253,39</b>	<b>349%</b>

(1) Diferença entre o Real de set-20 e o Orçamentado set-20.

(2) Valor do desvio sobre o valor orçamentado set-20.

**3.1.3. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA REAIS VS ORÇAMENTO DOS PRIMEIROS NOVE MESES DE 2020**

Unidade: Euro

Rubricas	Real	Real	Orçamento (A)	Real	Desvio (1)	
	2019	3ºT19	3ºT20	3ºT20	Valor	% (2)
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>						
Pagamentos a fornecedores	- 151.241,30	- 87.288,05	- 225.000,00	- 22.225,32	202.774,68	-90%
Pagamentos ao pessoal	- 1.700,00	- 1.700,00	- 1.700,00	- 850,00	850,00	-50%
<b>Fluxo gerados pelas operações</b>	<b>- 152.941,30</b>	<b>- 88.988,05</b>	<b>- 226.700,00</b>	<b>- 23.075,32</b>	<b>203.624,68</b>	<b>-90%</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	- 238.883,45	- 202.744,45	- 850,00	108.417,00	109.267,00	-1285%
Outros recebimentos/pagamentos	- 2.668,62	- 2.257,00	- 103.000,00	- 73.429,10	29.570,90	-
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>	<b>- 394.493,37</b>	<b>- 293.989,50</b>	<b>- 330.550,00</b>	<b>11.912,58</b>	<b>342.462,58</b>	<b>-104%</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>						
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>						
Propriedades de Investimento	- 3.613,74	0,00	0,00	- 422.229,19	- 422.229,19	100%
<b>Recebimentos provenientes de:</b>						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>	<b>-3.613,74</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-422.229,19</b>	<b>-422.229,19</b>	<b>100%</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>						
<b>Recebimentos provenientes de:</b>						
Financiamentos obtidos	398.600,00	0,00	637.650,00	540.000,00	- 97.650,00	-15%
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>	<b>398.600,00</b>	<b>0,00</b>	<b>637.650,00</b>	<b>540.000,00</b>	<b>- 97.650,00</b>	<b>-15%</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)</b>	<b>492,89</b>	<b>- 293.989,50</b>	<b>307.100,00</b>	<b>129.683,39</b>	<b>- 177.416,61</b>	<b>-58%</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período	386.116,91	386.116,91	386.116,91	386.609,80	492,89	0%
Caixa e seus equivalentes no fim do período	386.609,80	92.127,41	693.216,91	516.293,19	- 176.923,72	-26%

**(A) Notas Explicativas:**

**Fluxos de caixa das actividades operacionais (1):**

No âmbito do processo judicial em curso, a par com a rentabilização do único ativo da Sociedade, o terreno da Falagueira, na Amadora, no orçamento para 2020 estão previstos cerca de 250 mil euros como previsão de custos para recurso - alegações e contra-alegações - para o Supremo Tribunal de Justiça do acórdão que se prevê ocorrer em 2020.

Os restantes montantes são para fazer face aos fornecimentos e serviços externos e impostos a pagar decorrentes da atividade operacional da empresa.

A CONSEST não dispõe de quadro próprio de colaboradores e, consequentemente, não suporta quaisquer valores a título de encargos com pessoal, incluindo administradores, pelo que os valores registados em pessoal correspondem, na sua totalidade, aos montantes pagos aos membros da Mesa da Assembleia Geral

**Fluxos de caixa das actividades de investimento (2):**

Considerando que a Consest tem um terreno na Falagueira, único ativo da empresa, orçamentou-se nesta rubrica o montante de 200 mil euros para a concretização do projeto de licenciamento e, em simultâneo os encargos de 200 mil euros destinados à elaboração do Plano de Pormenor da Falagueira/Venda Nova

**Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)**

A empresa tem apenas um terreno que está em fase de promoção pelo que não dispõe de receitas próprias. A sua atividade é financiada através de suprimentos junto do acionista.

#### **4. RELATÓRIO TRIMESTRAL DO FISCAL ÚNICO**